

ROBERTO MACEDO

*Holofote neles*

14 ABR 1994

Com o jogo eleitoral em fase de aquecimento, já se nota que a eleição para presidente da República vai concentrar as atenções, evidenciando um dos problemas das eleições casadas. Os jornais, por exemplo, dão muito mais espaço às notícias sobre a corrida presidencial e seus candidatos do que às disputas pelos governos dos Estados e às eleições para o Congresso Nacional e para as Assembléias Legislativas.

Preocupa-me, sobretudo, o contraste de atenções nos casos das eleições para presidente e para o Congresso. Na eleição presidencial joga-se tudo, como se fôssemos eleger o salvador da Pátria. É certo que, num regime presidencialista, o presidente tem papel muito importante. No início do seu mandato, terá também um "capital político" gerado pela campanha e pela vitória, o qual poderá ser utilizado para dar impulso à passagem, pelo Congresso, de um programa reformista, capaz de tirar o País da inflação, da recessão e da deterioração do seu quadro social.

Collor gastou seu capital com um programa de estabilização que logo consumiu sua popularidade. Quando, na gestão do ministro Marcílio, tentou reorientar o programa e consolidá-lo com reformas constitucionais, não tinha mais capital e acabou indo à falência com o impeachment.



**Há que cassar os maus deputados, no voto, antes que cheguem a Brasília**

Independentemente do impeachment, a lição é clara: o capital pode se esgotar logo e o presidente vai ficar nas mãos do Congresso. Além disso, por maior que seja a densidade política do eleito, o Congresso tem hoje um poder muito grande, em particular para atrapalhar. Nenhum partido vai ter maioria no Congresso para dar sustentação ao seu candidato presidencial, se eleito. Além disso, com a pulveri-

zação e a fraqueza dos partidos, o Congresso, dependendo de sua nova composição, poderá ter agravado ou aliviado o seu domínio por interesses pessoais, familiares, locais, regionais, setoriais, corporativistas e tudo o mais, com pouco ou nenhum espaço para decisões de interesse nacional.

É preciso, assim, colocar holofotes também em cima da eleição para o Congresso, pois sem isso se agrava o risco de serem eleitos deputados e senadores típicos desses interesses e sem nenhum compromisso com temas que integrarão a agenda dos candidatos a presidente, como o combate à inflação, a retomada do desenvolvimento e o enfrentamento da questão social.

Além disso, a CPI da Corrupção está tendo seus resultados comprometidos pela lentidão e pelo corporativismo do Congresso. Aliás, nem se pode dizer que a coisa vai acabar em pizza, pois alguns

comensais já renunciaram e abandonaram a pizzaria. Ou seja, para eles não deu em nada. Portanto, é melhor cassar os maus deputados pelo voto, antes que cheguem a Brasília, e para isso os holofotes são indispensáveis.

A questão agrava-se com o impasse em torno da revisão constitucional, que esse Congresso que aí está não vem conseguindo levar a bom termo. Tanto assim é que, conforme o *Estado* noticiou anteontem, já se pensa numa saída para o fracasso da reforma, aprovando-se pelo menos a redução permanente do quórum para a aprovação de emendas, ficando o trabalho de revisão para o Con-

gresso que será eleito em outubro. Mas, se ele tiver o mesmo perfil, não vai adiantar nada.

Que venham, portanto, os holofotes da imprensa, dos meios de comunicação em geral, dos debates a serem promovidos pelos partidos, pelas entidades da sociedade civil, pelas escolas e tudo o mais. Sem isso, vamos ter um presidente eleito às claras e um Congresso escondido nas sombras. Ou seja, estaremos elegendo um presidente para brigar de foice no escuro.

■ Roberto Macedo é professor da FEA-USP e da Universidade Mackenzie e pesquisador da Fipe e do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial

